

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA – UFC
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LEITURA E FORMAÇÃO DO LEITOR

**A CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA NA
FORMAÇÃO DO CIDADÃO**

Rosália Mavoni Bezerra

Fortaleza-CE
2005

Rosália Mavoni Bezerra

A CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará e Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE como requisito parcial pra obtenção do título de Especialista em Leitura e Formação do Leitor.

Fortaleza-CE
2005

Monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará e Centro Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE com requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Leitura e Formação do Leitor.

Rosália Mavoni Bezerra

Monografia aprovada em: ____/____/____

Prof^a Dr^a Ana Maria Sá de Carvalho
Orientadora

Nota: _____

Conceito: _____

Coordenador(a) do Curso

Dedico o presente trabalho aos cidadãos leitores que através de sua consciência política buscam mudanças que efetive o bem comum.

Sinceros agradecimentos a todos meus familiares que mediante compreensão e incentivo contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho, em especial a prof^a Dra. Ana Maria Sá de Carvalho.

“A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço”.

(Gadotti)

RESUMO

O trabalho é uma abordagem relacionada a leitura e cidadania. Por meio de apresentação de um conjunto de concepções de autores entre os quais Demo (1995), Chartie (1994), Rocha (2000), Soares (2003), Freire (2002 e 1984), entre outros propõem compreender a importância da leitura para a formação da cidadania, defende-se a hipótese de que é por meio da leitura que o indivíduo consegue coletar informações para conviver em sociedade, cumprindo seus deveres e garantindo seus direitos além de respeitar os direitos e deveres de seus semelhantes. É por meio da leitura que se obtém fundamentos que viabilizam a transformação da realidade ou permanência de situações que configura o bem estar social, político e cultural. O interesse pelo estudo ora citado justifica-se em função da sua abrangência e complexidade. Portanto, cita-se como objetivo deste, destacar a prática da leitura como mecanismo subsidiador na formação do cidadão crítico. A metodologia aplicada consiste na leitura de textos e reflexão em torno das considerações e concepções de estudiosos no assunto. A pesquisa de campo realizada entre os meses de março a maio de 2005, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreiro, situada no Conjunto Ceará, em Fortaleza, foi articulada com o objetivo de levantar, metódica e periodicamente, elementos que oferecesse base para estruturar o perfil do cidadão como leitor, sendo assim apresenta-se uma amostra de 7 professores e 20 alunos do ensino médio da referida instituição de ensino público pertencente a rede estadual de educação. Os dados destacados na pesquisa de campo podem ser visto como fatores demarcadores de que a leitura propicia condições favoráveis para a construção do espírito cidadão, visto que oferece condições para que o indivíduo possa se tornar conhecedor de seus direitos e deveres. A contribuição do professor juntamente com o bibliotecário é significativa na construção do educando cidadão.

Palavras-Chaves: Leitura, Cidadania, Educação e Direitos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 –CONCEITO DE LEITURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR	12
1.1 Teoria de Vygotsky.....	12
1.2 Leitura como caminho à cidadania.....	16
1.3 Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa.....	22
2 –CONSTRUINDO A CIDADANIA	26
2.1 Contribuição da Educação.....	26
2.2 Leitura como instrumento da Cidadania.....	29
3 – RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO	37
3.1 Campo de Pesquisa.....	37
3.2 Amostra da Pesquisa.....	37
3.3 Objetivo da Pesquisa.....	37
3.3.1 Geral.....	37
3.3.2 Específicos.....	38
3.4 Metodologia Aplicada.....	38
3.5 Análise dos Dados.....	39
3.5.1 Professor.....	39
3.5.2 Aluno.....	43
CONCLUSÃO	50
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA	53
ANEXO	54

Lista de Tabela

Tabela 01 - Divisão dos Professores por Faixa Etária e Sexo.....	39
Tabela 02 - Divisão dos Professores por Formação e Especializações.....	40
Tabela 03 - Gosto pela Leitura.....	40
Tabela 04 - Estilo de Leitura dos Professores.....	41
Tabela 05 - Distribuição dos Professores quanto ao Costume de Comprar Livros	41
Tabela 06 - Distribuição dos Professores quanto a Participação em Eventos de Incentivo à Leitura.....	42
Tabela 07 - Distribuição dos Professores quanto à Participação em Eventos de Incentivo à Leitura.....	42
Tabela 08 - Distribuição dos Alunos por Faixa Etária.....	44
Tabela 09 - Distribuição dos Alunos por Sexo.....	44
Tabela 10 - Distribuição dos Alunos por Estado Civil.....	45
Tabela 11 - Distribuição dos Alunos por Situação Profissional.....	46
Tabela 12 - Distribuição dos Alunos por Nível de Instrução Escolar.....	46
Tabela 13 - Distribuição dos Alunos por Estilo de Leitura.....	47
Tabela 14 - Distribuição dos Alunos por Estilo de Leitura.....	47
Tabela 15 - Distribuição dos Alunos pelo costume de comprar livros.....	48
Tabela 16 - Distribuição dos Alunos que têm prazer em Ler.....	48
Tabela 17 - Distribuição dos Alunos que têm interesse em participar de programas de leitura.....	49

INTRODUÇÃO

O acesso à informação pode se configurar como um elemento propulsor do desenvolvimento humano. Para tanto, algumas organizações da sociedade civil vêm trabalhando no desenvolvimento de políticas de informação que visam dar embasamento à luta e à conquista de direitos e deveres civis em prol de uma democracia mais participativa. Dentro desse contexto, a escola tem se programado como veículo de formação do indivíduo como cidadão, oferecendo assim por meio da educação formal os elementos que propiciaram ao educando condições favoráveis para lutar pelos seus objetivos e defender os seus interesses.

O instrumento utilizado pela escola para integrar o educando no seio das lutas em prol de uma sociedade justa é a leitura, pois mediante esta é que o indivíduo se torna consciente de sua força e das estratégias e recursos que necessitam para conquistar êxito em suas investidas. No entanto, apesar da importância que a leitura possui na atual conjuntura política e social o que se verifica é que muitos daqueles que necessitam de uma sistemática de leitura para poder vir a aprimorar os seus esforços e se fazer consciente de que é possível conquistar uma sociedade justa, se distanciam desta, não dão a mesma o valor que ela possui.

No Brasil as últimas estatísticas destacadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) deixam expressas que, o aluno brasileiro está muito aquém do que se considera ideal. No tocante a leitura as pesquisas revelam que o aluno hoje apresenta sérias dificuldades em ler, fator este que favorece o fracasso escolar e, conseqüentemente o fracasso social, visto esta questão se mostrar como fator decorrente para o agravamento do processo de evolução da nação, tendo em vista que, um país onde as pessoas não têm uma consciência política favorável não dispõe de condições para ir em busca da formação de uma sociedade democrática, justa e de qualidade.

No presente estudo defende-se a idéia de que por meio da leitura o homem pode vir a galgar uma promoção na escala social, vindo desta forma a se tornar um

cidadão, legitimador de seus direitos e deveres. Portanto, as palavras até então destacadas tiveram como intuito deixar expresso o grave problema que hoje o Brasil se encontra. Neste aspecto a partir da problemática já citada tem-se a justificativa para o interesse do presente estudo.

Considerando que a falta da leitura arrasta o indivíduo para o mundo do caos político e social, pois a ausência desta não favorece ao ser humano o poder de se empreender em lutas e conquistar suas metas de forma consciente, propõe-se com este trabalho mostrar através de uma pesquisa firmada em conceitos e comentários de autores entre os quais pode-se citar Vygotsky, Severino e Carvalho a importância que a leitura tem na formação do cidadão.

Para conquista do objetivo anteriormente expresso fez-se uso de uma abordagem qualitativa. Tal abordagem compreende a ciência como prática social redimensionando critérios científicos tais como objetividade, rigor, generalidade e validade da pesquisa, conforme acentua Minayo (1994). Neste sentido é que o estudo se apóia em primeiro ponto de uma fundamentação teórica sendo seguido de uma parte prática realizada a partir de uma pesquisa de campo realizada na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreira, no Conjunto Ceará, em Fortaleza, desenvolvida nos meses de março e abril de 2005.

A pesquisa de campo se fez mediante a utilização da aplicação de um questionário contando com a participação de sete professores e vinte alunos do ensino médio, perfazendo assim a amostra do estudo proposto.

Quanto a estrutura física do trabalho consta de três capítulos, sendo destacado no primeiro capítulo aspectos conceituais em relação a leitura e formação do leitor. O segundo capítulo faz uma abordagem sobre a construção da cidadania, estabelecendo assim uma relação entre o processo de leitura e a formação da cidadania. O terceiro capítulo diz respeito a pesquisa de campo já mencionada, onde se faz uma leitura dos dados coletados por meio da aplicação de um questionário, conforme já ressaltado, sendo possível assim traçar um perfil do leitor (professor e alunos) como cidadão.

Portanto, mediante o seguimento dos passos que foram empreendidos ao longo do estudo ora exposto espera-se chegar a compreensão e conscientização da importância que a leitura detém no contexto da formação do cidadão.

1- CONCEITO DE LEITURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

O conceito de leitura se apresenta como sendo algo amplo, sem ser apenas uma decifração dos signos do alfabeto. A amplitude do conceito está ligada não somente à decifração dos signos impressos do qual a pedagogia se ocupa de estudar, mas também da leitura que produz sentido, ou seja, aquela que advém da vivência

pessoal de cada indivíduo, e é posta em prática no entendimento sobre o mundo no qual ele está inserido.

A aprendizagem da leitura, tomando como referência a teoria do desenvolvimento da linguagem de Vygotsky, está intimamente relacionada ao processo de formação geral de um indivíduo e à sua capacitação para as práticas sociais, tais como: a atuação política, econômica e cultural, além do convívio em sociedade, seja na família, nas relações de trabalho dentre outros espaços ligados à vida do cidadão.

1.1 Teoria de Vygotsky

O desenvolvimento humano, segundo Vygotsky, é um processo dinâmico que se constrói pelas trocas estabelecidas entre sujeito e o meio social. O desenvolvimento integral da criança passa pelo motor, afetivo, social e cognitivo. Estes não se organizam de forma isolada, mas de forma simultânea e integrada. É um processo contínuo e permanente.

A teoria de Vygotsky entende a relação entre desenvolvimento e aprendizado como relacionamento desde o nascimento. O desenvolvimento não configura um processo previsível, unilateral ou linear, ao contrário, ele é construído no contexto, na interação com a aprendizagem.

A aprendizagem promove, conforme Vygotsky, o desenvolvimento, atuando sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, transformando o desenvolvimento potencial em desenvolvimento real. Ao proporcionar que a criança, com ajuda do adulto ou de uma outra criança mais experiente e realize uma determinada atividade, estará dando uma antecipação ao desenvolvimento por meio da mediação.

A criança é um sujeito interativo que aprende mediante a interação com o outro (crianças e/ou adultos). Esta é a idéia que Vygotsky expressa na sua teoria do desenvolvimento humano, pois segundo o mesmo, há na interação dos indivíduos a construção do conhecimento num movimento que vai do coletivo (social / interação

com o outro) para o individual (toda síntese individual carrega as experiências construídas coletivamente).

Na educação infantil, os conteúdos trabalhados precisam ser significativos e fazer sentido para as crianças e professores. Precisam estar interligados com o que acontece dentro e fora da escola. As atividades realizadas devem ser instigantes para as crianças de modo a despertar nelas o interesse pela leitura. Precisam ter problemas a resolver e decisões a tomar. Essa perspectiva viabiliza condições para que as crianças avancem na construção e apropriação de novos conhecimentos. No que tange o erro, deve ser encarado como a possibilidade do acerto. Nesta perspectiva, o não saber, deve ser transformado em saber.

A educação infantil pode e deve ser compreendida como um ambiente alfabetizador onde as crianças, desde muito cedo, possam construir e testar hipóteses sobre a linguagem escrita, que por sua vez, será entendida como um espaço de construção de conhecimentos. O professor nesta modalidade educacional precisa assumir o papel de sujeito do seu fazer pedagógico, tendo que criar e despertar no aluno o interesse pela aprendizagem, pois só assim verá seus alunos como sujeitos do seu aprendizado.

Encontra-se implícita na teoria de Vygotsky uma concepção de um organismo ativo, cujo pensamento é construído paulatinamente num ambiente que é histórico e, em essência social. Nessa teoria é dado destaque às possibilidades que o indivíduo dispõe a partir do ambiente em que vive e que dizem respeito ao acesso que o ser humano tem a instrumentos físicos (livros, cadernos, borrachas, lápis, caneta, entre outros) e simbólicos (cultura, valores, crenças, conhecimentos) desenvolvidos por gerações precedentes.

Segundo a teoria de Vygotsky, há uma contínua interação entre as mutáveis condições sociais e a base biológica do comportamento humano. Partindo de estruturas orgânicas elementares, determinadas basicamente pela maturação, formam-se novas e mais complexas funções mentais, a depender da natureza das experiências sociais as quais as crianças se acham expostas. Carvalho enfatizando a contribuição da teoria de Vygotsky em relação ao desenvolvimento da linguagem comenta que:

Segundo Vygotsky a imaginação humana tem início aos 3 anos e é proveniente da ação. Coloca o brinquedo como um meio de antecipar o desenvolvimento, com ele a criança começa a adquirir a motivação, as habilidades e as atitudes necessárias a sua participação social, a qual só pode ser completamente atingida com a assistência de seus companheiros da mesma idade e mais velho. O autor conferiu primordial importância ao aprendizado da linguagem escrita quando a situa como fonte, ao lado da linguagem falada, de formas complexas de se relacionar com o contexto social no qual se encontra o indivíduo (CARVALHO, 1992, p.42).

Tomando em consideração os argumentos apresentados por Carvalho em relação a Vygotsky e sua contribuição para o estudo do desenvolvimento da linguagem, é possível enfatizar que, a leitura contribui de forma decisiva como um arsenal para o desenvolvimento pessoal, social, do pensamento abstrato, da capacidade de relacionamento social. Por meio do desenvolvimento da leitura há o despertar do pensamento, favorecendo entre outros aspectos ao leitor a capacidade de memorizar, registrar informações, organizar ações, e viabilizar o acesso ao patrimônio cultural humano que se acha implícito em livros e outros recursos textuais.

A forma como a fala é utilizada na interação social com adultos e colegas mais velhos desempenha um papel significativo na formação e organização do pensamento complexo e abstrato, a nível individual. Há uma interiorização progressiva das direções verbais fornecidas à criança pelos membros mais experientes disponíveis no ambiente social.

O processo de interiorização é um processo ativo, na qual a criança apropria-se do social de uma forma peculiar. Ao mesmo tempo em que a criança se integra ao social, ela é capaz de se posicionar frente ao mesmo, ser seu próprio crítico e seu agente transformador. À medida que as crianças crescem, elas internalizam a ajuda externa que vai se tornando desnecessária, pois a cada dia mantém o controle sobre sua própria conduta.

Ao internalizar as instruções recebidas dos adultos, segundo adverte Vygotsky, as crianças modificam suas funções psicológicas, ou seja, desenvolve percepção, atenção, memória, capacidade para solucionar problemas, entre outros pontos.

Na concepção de Vygotsky, o processo de formação do pensamento é despertado e acentuado pela vida social e pela constante comunicação que se estabelece entre crianças e adultos, a qual permite a assimilação da experiência de muitas gerações. O pensamento de acordo com a teoria ora estudada, é culturalmente mediada, e a principal mediação entre sujeito, objeto e mundo é a linguagem.

O desenvolvimento social e intelectual da criança ocorre em virtude da interferência que a linguagem promove praticamente desde o nascimento. Quando os adultos nomeiam os objetos, indicando para a criança as diferentes relações que estas mantêm entre si, ela constrói formas mais complexas e sofisticadas de conceber a realidade. Sem a interferência de outras pessoas a criança não seria capaz de obter o que conquista pro meio da interação e percepção, no convívio com outras pessoas e na relação com as coisas e objetos que circunda o seu meio.

Conforme Vygotsky, a aquisição de um sistema lingüístico reorganiza os processo mentais infantis. A palavra dá forma ao pensamento, criando novas modalidades de atenção, memória e imaginação. A linguagem sistematiza a experiência direta da criança e serve para orientar o seu comportamento.

Pode-se dizer, portanto, tomando como base a teoria do desenvolvimento da linguagem de Vygotsky que, pensamento e linguagem são dois circuitos interligados. Estes dois elementos é que propiciam condições para que o individuo venha a fazer uso da leitura como instrumento para a sua formação social e intelectual, contribuindo, portanto, para a cidadania.

1.2 Leitura como caminho à cidadania

A sociedade brasileira pela realidade que se faz expressa no cotidiano é marcada e dividida por desigualdade a qual dificulta a representação dos segmentos marginalizados na sociedade. Esse fato confirma claramente que uma das principais causas para que as camadas brasileiras sejam tão desiguais continua sendo o analfabetismo – obstáculo que se interpõe entre o indivíduo e o conhecimento é a leitura.

O conhecimento permeia a organização social e orienta o agir do homem sobre o mundo, neste aspecto vale ressaltar as considerações de Severino quando diz que:

... o conhecimento de um ponto de vista antropofágico, surge embutido no próprio agir do homem. Ele é um instrumento próprio desse agir. Instaure-se como prolongamento das forças energéticas instintivas, constituindo-se em novo equipamento, típico da nova espécie (SEVERINO, 1994, p.60).

A Constituição Federal de 1988, fruto da Constituinte, estabelece a cidadania como um dos fins da educação, assim declara no artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

O artigo 6º inclui o trabalho como direito social e revela uma ampliação desses direitos, em relação aos textos constitucionais anteriores. Ele contempla demandas verificadas ao longo deste século enfatizando que: *“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.*

Também os direitos políticos são ampliados, incluindo categorias que estiveram sempre excluídas e que se constituem em contingentes significativos da população. No entanto, não basta a definição dos direitos para que os mesmos sejam respeitados. É preciso que eles estejam assentados em um arcabouço político que se constitua em um Estado Democrático de Direito, que se define como aquele em que a soberania popular prevalece na condução da Nação, com mecanismos de controle popular do poder, respeito às liberdades públicas e definição de relações que possibilitem o exercício da cidadania por todos. A Constituição Federal de 1988 afirma, no seu artigo 1º, a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito. Nele, a soberania popular concretiza-se como democracia representativa e participativa.

Considerando as condições que caracterizam o Estado Democrático de direito, constantes no parágrafo anterior, pode-se verificar que democracia e cidadania dependem uma da outra. Coutinho define a democracia como forma de superar a alienação na esfera política que obteve mais êxito e acrescenta que, numa visão democrática, a esfera política não é construída e gerida por poucos, mas, segundo Coutinho: *“deve ser algo pelo qual todos sejamos responsáveis, que todos nós experimentemos como um espaço de nossa liberdade e não de nossa alienação ou de nossa opressão”* (COUTINHO, 1994, p.14).

Essa possibilidade de participação na esfera política é fruto de um processo de construção histórica que não teria se efetivado sem a participação das classes trabalhadoras. A conquista dos direitos que caracterizam a cidadania e a democracia modernas tiveram início, como salienta Coutinho, no bojo de demandas sociais como expectativas de direitos, que são atendidas quando passam a constar do direito positivo. O referido autor considera importante assinalar a participação das classes trabalhadoras na conquista dos direitos políticos e sociais. Por isso mesmo ele afirma ser um equívoco teórico e histórico falar em democracia burguesa nos tempos atuais, quando a democracia adquiriu uma feição que a distancia do aspecto restritivo que a caracterizou em seu processo inicial; A partir do momento em que foram gestados, muitos conceitos elaborados pelo liberalismo adquiriram valor universal, Coutinho completa afirmando:

... a democracia em seu sentido forte, ou seja, como afirmação efetiva da soberania popular, o que implica necessariamente o direito ao voto e à organização (em suma, o direito à participação), tem sido resultado das lutas dos trabalhadores 'contra os supostos e as práticas do liberalismo excludente da burguesia'. Não se pode, portanto, atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela (COUTINHO, 1994, p.18).

Ainda que o cidadão não seja obrigado a participar, a não ser votando, já que no Brasil o voto é obrigatório, a participação é que torna a democracia efetiva. É com ela que os grupos populares podem contribuir para constituir demandas que expressem uma sociedade mais justa e igualitária. A história mostrou que a burguesia articulou no campo das idéias e das ações para conquistar o poder e uma organização social favorável a seu projeto. A história tem mostrado também que os grupos populares têm participação no poder e conquistas no campo social quando se organizam e lutam pelo

que sentem como de direito. Esse é o espaço de construção da cidadania e também é onde a democracia se fortalece. Segundo Arroyo:

... os processos sociais através dos quais as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação, os processos mentais que são redefinidos e afirmados nos movimentos reivindicativos, as formas de organização que se fortalecem, o poder popular que aumenta, ou seja, o próprio processo político-pedagógico de construção da identidade popular que se dá no confronto povo-Estado. É aí que a democracia avança e se constrói (ARROYO, 1987, p.78).

Considerando que a afirmação da cidadania se dá em canais mais freqüentemente exteriores à escola, de que forma esta instituição contribui para a formação da cidadania? Ao alfabetizar, capacitando o indivíduo para ler e compreender o que lê, a escola está dando um passaporte para circulação numa sociedade letrada. Ao entender o mundo físico e social estará melhor preparado para nele agir, com mais independência e liberdade. A leitura dos livros, acompanhada da leitura do mundo, poderá ajudar a entender como se dá a posição do indivíduo nesse mundo, fruto de que é, quais são seus direitos e quais os canais competentes para efetivá-lo. Arroyo assim se manifesta, quanto à relação entre cidadania e educação:

Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição (ARROYO, 1987, p.79).

Há todo um passado autoritário que construiu relações de passividade e de paternalismo em torno de um Estado forte e distribuidor da igualdade e da justiça. É comum nos livros didáticos e no discurso pedagógico uma ideologia, denunciada por Arroyo, desfavorável à participação dos grupos populares no movimento político, no poder. Se a educação não se constitui, por si só, em canal de participação, ela pode contribuir com instrumentos que possibilitam e dão consistência a essa participação. Não é por acaso que grande parte das pessoas que assumem o poder passaram por boas escolas.

As escolas precisam ser capazes de tornar acessível ao aluno o saber sistematizado, porque não basta competência política, já que, conforme acentua Demo:

... ideologia, de si, não produz competência inovadora. É parte integrante de todo projeto global de mudança como motivação política necessária. O que inova, entretanto, é o conhecimento. Assim, os alunos na escola precisam saber de fato matemática. Não basta apenas terem consciência política à flor da pele (DEMO, 1995, p.153).

Conhecimento e competência política – eis um desafio para a cidadania. Em tempos de globalização, as mudanças impõem uma agilidade significativa em muitas direções. As inovações tecnológicas que imprimem rapidez e eficiência nos diversos campos que abrange; as mudanças na organização e nas relações de trabalho; a rapidez da acumulação do conhecimento; a dependência do capital financeiro, volúvel e sem fronteiras; a substituição dos palanques, nas campanhas políticas, pela mídia; o acesso à leitura através do computador; essas são algumas questões que tomam de perplexidade as ciências sociais, tornando a globalização um dos temas mais discutidos na atualidade.

O cidadão é convocado a participar em vários níveis da realidade: local, regional, nacional, internacional. As informações são rápidas, em abundância e chegam por vias diversas: jornais, televisão, revistas, livros, computador. As eleições nacionais são decididas cada vez mais por imagens e por discursos veiculados pela mídia. O mundo do trabalho exige maior escolaridade, cada vez mais se fortalecendo a convicção de que, segundo Saviani, “*o que importa, de fato, é uma formação geral sólida, a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvimento do pensamento abstrato*” (SAVIANI, 1994, p.103).

Em nenhum outro tempo a necessidade de atualização foi tão exigida, envolvendo não só conhecimento específico, como cultura geral. Uma das faces dessa necessidade é a de que a produção, embora se dirija a consumidores do mundo todo, é individualizada e isto envolve o conhecimento da cultura e das expectativas do povo para o qual ela é produzida. Iniciativas para seleção de pessoal passam a envolver procedimentos que vão além das tradicionais análises de currículo e entrevistas, como leitura de jornal, testes de criatividade, entre outros.

Em meio à complexidade e as incertezas trazidas pelo impacto das transformações sentidas pelo cidadão comum especialmente nos últimos anos, fica a

certeza de que o acesso ao conhecimento e à informação marcarão ainda mais definitivamente cada país e cada indivíduo.

A leitura sempre foi atividade central nos currículos escolares e na sociedade moderna. As características da sociedade atual valorizam ainda mais essa atividade, assim como a formação de leitores. Na *era das incertezas* de que se fala, uma certeza é possível – é preciso aprender sempre. Aprender na escola, porque segundo adverte Severino: *“a educação formal acaba se transformando no processo complexo que ao mesmo tempo habita profissionalmente, inicia politicamente e instrumentaliza culturalmente”* (SEVERINO, 1994, p.64).

Mas aprender fora da escola, aprender sempre, porque é preciso adquirir o conhecimento que é produzido, estar atento ao que acontece. Informar-se, refletir, posicionar-se, agir. Por isso, o cidadão que se anuncia nesse começo de século deverá ser um leitor.

Para formar leitores é necessário que a escola ponha a criança em contato com os livros de forma prazerosa e abra espaço para que ela fale do que leu. É preciso também que os professores sejam leitores, que conheçam a natureza da literatura, as obras, os autores, que saibam selecionar textos e tenham se apropriado do conhecimento para estabelecer com os alunos as relações possíveis. Na literatura, o universo e os homens se mostram. É preciso saber ver esse universo e esses homens, que constroem a história em seu modesto viver cotidiano. E procurar outras fontes: outros textos, literários ou não, um filme, um documentário, uma exposição, uma entrevista. Lendo textos e desenvolvendo as tantas outras atividades que compõem o fazer escolar, pode ir sendo construída a qualidade da escola e ganhando consistência à formação do leitor, que, por sua vez, dá qualidade à formação do cidadão.

Aprender a ler a realidade instrumentado pelo conhecimento, aprender a aprender e a pensar. Eis alguns desafios propostos especialmente para os professores na formação do cidadão e que colocam a leitura no centro da questão como elemento presente na formação desses profissionais e no seu fazer pedagógico. Pela escrita são veiculados majoritariamente os conhecimentos dos diversos componentes curriculares, as notícias do cotidiano, da produção artística e científica que, se trabalhados com uma metodologia que privilegia a discussão, a reflexão, o estabelecimento de relações,

podem fundamentar a leitura do mundo. Podem também fortalecer a formação da cidadania, conforme se compreenda hoje, preparando ainda para vir a ser gestado nesse processo de transformação que nem sabemos direito como será, de tão grande que se anuncia.

1.3 Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa

Na perspectiva de oferecer condições para que o educando venha a se efetivar como cidadão, indivíduo consciente de seu papel no contexto da sociedade os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lança uma proposta de trabalho junto a área de Linguagens e Códigos, vindo assim a favorecer ao educando condições para que venha a desenvolver com presteza e eficiente o seu papel de cidadão.

Há muito tempo se discute a educação no Brasil, quer seja nas classes iniciais, quer seja nas classes finais. A partir da metade do século XX essa discussão foi intensificada, talvez, associada ao processo de universalização da educação que se impôs como necessidade política para as nações do terceiro mundo.

A nova realidade social conseqüente de enormes transformações, principalmente nos meios de comunicação eletrônicos, colocou novas demandas e necessidades tornando anacrônicos os métodos e conteúdos antigos. Essa nova realidade impôs também uma revisão profunda dos currículos que orientam o trabalho cotidiano realizado pelos educadores em todo o país. Para nortear e aprofundar o debate educacional foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais que visam, antes de tudo, construir referências nacionais comuns ao processo educativo, além de criar condições ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

A proposta de organização do conhecimento, nos PCN, expressa a necessidade de se trabalhar com as diferentes áreas de ensino de forma que contemplem uma formação plena dos alunos, no que diz respeito aos conhecimentos clássicos e à realidade social e política. As áreas de conhecimento constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais

para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma. Nessas áreas buscou-se, sobretudo, evidenciar a dimensão social que a aprendizagem cumpre no percurso de construção da cidadania, elegendo, dessa forma, conteúdos que tenham relevância social e que sejam potencialmente significativos para o desenvolvimento de capacidades.

O ensino da Língua Portuguesa, desde 1970, tem sido centro de discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país. O eixo dessa discussão, no ensino fundamental, centra-se no domínio da leitura e da escrita, apontado como responsável pelo fracasso escolar.

Na década de 70, as propostas de reformulação do ensino da língua materna indicavam mudanças na forma de ensinar. Acreditava-se que valorizar a criatividade bastaria; pouco se consideravam os conteúdos de ensino, mas isso logo foi repensado e o ensino da língua, orientado pela perspectiva gramatical ainda parecia adequado, uma vez que os alunos, oriundos de diferentes classes sociais, falavam uma variedade lingüística bastante próxima da chamada variedade padrão e traziam representações de mundo e de língua semelhantes às que ofereciam livros e textos didáticos.

A nova crítica, no entanto, só se estabeleceria mais consistentemente no início dos anos 80, as quais possibilitaram avanços nas áreas de educação e psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita. Esse novo quadro permitiu uma certa coesão de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos de língua materna.

Pode-se dizer que, apesar de ainda imperar um certo preconceito em relação às formas não canônicas de expressão lingüística, as novas propostas de mudanças no ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas que fazem do uso da linguagem tanto o ponto de partida como o ponto de chegada. Hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades lingüísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita.

Os PCN (Brasil, 1997) para a área de Língua Portuguesa focalizam a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da

linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania. Em outras palavras, propõem que a escola organize o ensino de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos discursivos e lingüísticos, sabendo: ler e escrever conforme seus propósitos sociais; expressar-se apropriadamente em situações de interação oral diferente daquelas próprias de seu universo imediato; refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade lingüística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral e escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

Assim organizado, o ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se em fonte efetiva de autonomia para o sujeito, condição para a participação social responsável. Os PCN de Língua Portuguesa configuram-se como síntese do que foi possível aprender e avançar nestas últimas décadas em que a democratização das oportunidades educacionais começa a ser levada em consideração em sua dimensão política.

Como as propostas didáticas de Língua Portuguesa devem organizar-se em torno do texto, urge que ele seja visto como unidade e também se leve em conta a diversidade de textos que circulam na sociedade.

2 - CONSTRUINDO A CIDADANIA

2.1 Contribuição da Educação

A base para se constituir um indivíduo cidadão está na educação que faz o homem tornar-se homem completo. É o princípio ou premissa fundamental para o início de qualquer discurso sobre cidadania. A condição é que o indivíduo tem de decidir, sentir-se livre para opinar, mediante o conhecimento adquirido. O entendimento de todas as coisas úteis da vida, os ensinamentos morais recebidos, as condições econômicas e políticas, além de conhecimento da história geral e dos costumes

disciplinares, apontam no sentido de tornar o trabalhador qualificado para o mercado, e não para atuar como simples diligente ou repetidor de tarefas. Resende aponta que:

Cidadania é um estado de espírito e uma postura permanente que levam pessoas a agirem, individualmente ou em grupo, com objetivos de defesa de direitos e de cumprimento de deveres civis, sociais e profissionais, Cidadania á para ser praticada todos os dias, em todos os lugares, em diferentes situações, com variadas finalidades. Não se pode confundir cidadania com atos isolados e eventuais de protestos e reivindicações, muitas vezes justos, porém efêmeros (RESENDE, 1992, p.67).

São muitos os fatores que inibem as pessoas para que possam exercer a cidadania. São eles: a falta de consciência política; a acomodação; a omissão das escolas em discutir assuntos políticos; os abusos do poder das autoridades; ausência de motivação para trabalhos comunitários e falta de educação para o trabalho, além de pressões de natureza diversa que permanentemente sofrem a população.

Exercer a cidadania exige grande transformação de cada uma das pessoas, conduzindo a um novo comportamento, em assumir novos papéis e responsabilidades no que é público; respeito ao direito do outro; participação na solução dos problemas em sua comunidade; praticar com respeito e disciplina qualquer situação de reivindicação; não corroborar com vícios e fraquezas do sistema político; denunciar o desrespeito às crianças, trabalhadores, aposentados e consumidores em geral, e exigir escolas e bibliotecas que dêem suporte a formação integral do indivíduo.

Outro ponto a ser considerado nessa idéia é como a imprensa poderia contribuir nesse processo como um setor que tem grande influência e poder para a sociedade, em não apenas mostrar os fatos pelo lado sensacionalista, às vezes exagerado, o que reforça a cultura da mediocridade. Sabe-se, todavia, que há também alguns programas, sem citá-los, veiculados pela mídia, que dizem respeito à cidadania, tais como alguns questionamentos apresentados, o que estimula a sua prática.

Os formadores de opinião têm muita força para a mudança de mentalidade, procurando oferecer à população, por meio dos jornais, um espaço, com exemplos de bom êxito de cidadania, e é desejável que reservem esses espaços com artigos que tratem do assunto com periodicidade regular, de forma atrativa que chamem a atenção do povo. Quanto aos canais de televisão, eles apresentariam programas educativos

com maior tempo, de debates, entrevistas e discussões com especialistas e outros interessados, procurando questões relevantes relacionadas com cidadania. E, o rádio como uma fonte permanentemente viva deve prestar uma maior orientação a seus ouvintes, na questão da cidadania, propagando com freqüência campanhas educativas tais como o uso do código de defesa do consumidor, reciclagem do lixo, como evitar o desperdício, estímulos aos trabalhadores ao trabalho de qualidade, colaboração em assuntos comunitários e inclusão de comunidades para tomada de decisão nos assuntos que lhes dizem respeito.

O que se ratifica, nesses pontos aqui abordados, é a valiosa contribuição que a mídia pode ajudar o país e ao seu povo, para o engrandecimento da nação, para que resulte num comportamento coletivo digno de cidadãos, para o progresso de um país civilizado.

Em um quadro de economia globalizada e da sociedade organizada, a partir do paradigma do conhecimento, como vimos, o fator educação assume papel fundamental nesse processo. É ela que viabiliza o projeto da sociedade do conhecimento e operacionaliza a formação e o exercício da cidadania (ROCHA, 2000, p.43).

O modelo educacional atualmente definido, apresentado à sociedade brasileira, ainda não prepara o homem para o exercício pleno da cidadania. Pressupõe-se que o indivíduo deve ser preparado desde a mais tenra idade a conhecer, a discutir e a participar de questões relacionadas à cultura local, regional, a ética, aos direitos humanos, de modo a permitir a inserção dele no conjunto de ações que o possibilite a enfrentar o mundo tecnológico existente no mercado de trabalho, o que é básico e indispensável na sociedade atual.

Para que as diversas comunidades acompanhem todo o desenvolvimento tecnológico e dele faça uso com propriedade, carece que as escolas sejam dotadas de equipamentos de última geração, apresentando o que está disponibilizado, independentemente de distância física, beneficiando as famílias carentes com projetos ligados a rede de comunicação, o que hoje se tornou indispensável para a vida.

Sabe-se que não há escolas suficientes para atender a população. Tal situação se agrava por não haver um programa de integração homem – sociedade,

reconhecendo a necessidade de comunicação entre as pessoas ou grupos, preenchendo o ócio das crianças soltas nas ruas, sem lhes oferecer uma educação que assegure o acesso a informação, no presente e futuro, reduzindo as incertezas, e elevando a auto-estima dos indivíduos o nível sócio-cultural e educacional, para inserção deles numa sociedade competitiva e em constante mudança.

Para fazer frente a tais transformações ocorridas por conta dessa mudança de paradigma, no mundo globalizado, urge que se tenha uma educação voltada para o aprender a ser, aprender a fazer e o aprender a aprender. E assim, o indivíduo poderá atingir um maior grau de maturidade e conhecimento, de conformidade com a prática da leitura como uma prioridade nas escolas, na medida em que elas atendem a comunidade ao seu redor.

Para que as escolas possam desenvolver um programa de cidadania devem ser dotadas de bibliotecas com ricos acervos, e serviços dispostos adequadamente, desenvolvendo programas culturais, com condições de ensino favoráveis ao educador e ao educando.

Educação é sinônimo de crescimento intelectual para o individual e coletivo, é eliminar a violência, o terrorismo, a marginalização; é reivindicar, questionar os pontos fracos e fortes e ter o devido reconhecimento da sociedade, avançando em pontos mais promissores, garantindo o futuro das novas gerações.

A prática das escolas ainda é excludente e desigual, a partir das leituras selecionadas, do preconceito racial, da discriminação entre as camadas sociais, do despreparo do indivíduo para ocupar o seu espaço na sociedade; o que só se torna possível quando há relação entre pessoas e instituições ou organizações sociais.

2.2 Leitura como instrumento da Cidadania

Apesar de todo o avanço tecnológico observado na área de comunicações, principalmente audiovisuais, nos últimos tempos ainda é, fundamentalmente, através da leitura que se realiza o processo de transmissão/aquisição da cultura. Dai a

importância capital que se atribui ao ato de ler, enquanto habilidade indispensável, tanto no ensino fundamental como ensino médio.

Entre os professores é generalizada a queixa: os alunos não sabem ler! O que pode parecer um exagero tem sua explicação. Os alunos, de modo geral, confundem leitura com a simples decodificação de sinais gráficos, isto é, não estão habituados a encarar a leitura como processo mais abrangente, que envolve o leitor com o autor, não se empenham em prestar atenção, em entender e analisar o que lêem. Tal afirmativa comprova-se com um exemplo simples: geralmente, nas escolas, os alunos não respondem as questões com a coerência desejada.

Aprender a ler não é uma tarefa tão simples, pois exige uma postura crítica, sistemática, uma disciplina intelectual por parte do leitor, e esses requisitos básicos só podem ser adquiridos através da prática.

Os livros, de modo geral, expressam a forma pela qual seus autores vêem o mundo; para entendê-los é indispensável não só penetrar em seu conteúdo básico, mas também ter sensibilidade, espírito de busca, para identificar, em cada texto lido, vários níveis de significação, várias interpretações das idéias expostas por seus autores.

Já se tornou antológica e obrigatória, quando se trata de leitura, a citação de Paulo Freire, para quem "a leitura do mundo precede a leitura da palavra..."; contudo, torna-se necessário ir mais além:

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de 'escrevê-lo' ou de 'reescrevê-lo', quer dizer de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 2002, p. 22).

O processo de ler implica vencer as etapas da decodificação, da intelecção, para se chegar à interpretação e, posteriormente, à aplicação. A decodificação é uma necessidade óbvia, tarefa que qualquer pessoa alfabetizada pode empreender; pois consiste apenas na "tradução" dos sinais gráficos em palavras. A intelecção remete à percepção do assunto, ao significado do que foi lido. A interpretação baseia-se na

continuidade da "leitura do mundo", isto é, na apreensão e interpretação das idéias, nas relações entre o texto e o contexto. Vencidas as etapas anteriores, pode o leitor passar à aplicação do conteúdo da leitura, de acordo com os objetivos que se propôs.

Para penetrar no conteúdo, apreender as idéias expostas e a intencionalidade subjacente ao texto, é fundamental que o leitor estabeleça um "diálogo" com o autor, que se transforme, de certa forma, em co-autor, a fim de reelaborar o texto, ou seja, "reescrever o mundo", como sugere Freire. A leitura do texto, quando o leitor se transforma em sujeito ativo, é um manancial de significações e implicações que vão sendo descobertas a cada releitura. A esse respeito é pertinente salientar que: “[...] importante é o aprendiz notar que cada nova leitura de um texto lhe permitirá desvelar novas significações, não detectadas nas leituras anteriores, [...]” (KOCH, 1993, p. 162).

Fundamentando-se nas concepções dos autores anteriormente citados é pertinente salientar que os mesmos dão margem para que se compreenda que é mediante a leitura que o indivíduo pode vir a compreender o mundo que lhe é exposto, fazendo-se assim sujeito do processo de construção reconstrução deste. Freire quando fala sobre a importância do ato de leitura mostra a relevância que o ato de ler possui para que se conquiste a conscientização, ou seja, a tomada de conhecimento do mundo e do próprio indivíduo como parte integrante deste.

Além de ser um direito do cidadão, a leitura desvenda o mundo. A leitura de ficção, em especial, expõe sentimentos, atitudes e problemas alheios diante de questões éticas que envolvem as diferenças de raça, idade, classe social, sexo, nacionalidade, ideologia, experiência de vida, dentre outras.

Argumentos defendidos pelos personagens ajudam a refletir sobre situações reais, sem que necessariamente se tenha de experimentá-las. Assim, histórias e personagens podem e devem ser analisados sem o intuito de “julgar”, mas de compreender razões e motivos. Vale, portanto, ir sempre “além” do texto, desenvolvendo atividades que levem o leitor a ter um papel ativo, capaz de despertar a sua consciência e delinear uma opinião sobre o assunto. Neste aspecto o indivíduo leitor toma identidade social do espaço em que vive e atua.

O educando, através da leitura, descobre de forma lúdica um novo caminho para a aprendizagem; passam a trabalhar com a imaginação, recuperando as experiências do cotidiano, buscando na leitura novas formas de pensar e agir no ambiente de sala de aula. Nesse processo de descoberta do mundo através da leitura, é possível transformar os valores éticos em importantes ferramentas para ampliar e aprofundar a consciência sócio-ambiental e re-organizar a sociedade, pois um cidadão consciente traz em seu ser o desejo de transformar a realidade buscando, sobretudo, a harmonia com o eu interior, o outro e o ambiente.

A leitura, sendo o ato de negociação de sentidos, em muito contribui para a formação e manutenção do nível cultural do leitor e deste na sua interação com os que o cercam, na busca da identidade social, tão indispensável nos dias atuais. Já diz o ditado “quanto mais leitura, mais se apreende o mundo”. E daí, é um passo a formação crítica acerca dos fenômenos sociais estabelecidos na interação verbal entre os interlocutores.

Portanto, tomando como fundamentação as considerações veiculadas ao longo dos capítulos expostos é pertinente enfatizar que por meio da leitura o ser social pode vir a se conscientizar sobre o mundo e suas nuances, fazendo-se assim um ser político.

Segundo Freire não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio. Esse ponto de vista reforça a superioridade do ser humano e responsabiliza-o pela sua tarefa de ser em constante busca de conhecimento e de transformação. O autor entende que o homem *“não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade [...]”* (FREIRE, 1984, p.39).

O homem é um ser atento ao seu tempo, ele rejeita a idéia de ser passivo, mero espectador dos acontecimentos à sua volta, por isso, ele se posiciona como sujeito do processo histórico cultural da humanidade.

Esse processo de interação do homem com o seu mundo implica em comunicação. Ela se dá a partir do contato consciente com a pluralidade de significados a que o homem se expõe; dá-se através dos mais diversos signos

lingüísticos e da leitura dos atos humanos. A comunicação é o próprio processo de interação; acontece nos momentos em que o ser estiver aberto a sua realidade. *“Compreendida de modo amplo, a ação de ler caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca” (ZILBERMAN, 1991, p.17).*

A importância dessa relação do homem com o mundo (comunicação) tem a linguagem como mediadora da transformação cultural e impulsionadora da existência do próprio homem, o qual se situa dentro do mundo, dentro das linguagens captadas pela percepção, prevê um sujeito que fala, ouve, vê, escreve, lê, emissor e receptor de significados, um sujeito que pratica a “leitura do mundo”, a quem todas as formas de linguagem estejam abertas, inclusive a linguagem escrita.

A leitura também contribui para a formação do ser humano, uma vez que possibilita o despertar de emoções e o estabelecimento de parâmetros, desencadeando a autocompreensão e a compreensão do mundo. Cada ser humano, nas palavras de Werner A formação do aluno leitor *“[...] traça sua própria vereda, de modo particular e individual” (CAGNETI e ZOTZ, 1986, p.23).* As decisões, as escolhas, o definir-se, resultam do exercício do pensar, o autoconhecimento redonda do conhecimento do ser humano através do contato com a infinidade de reações que o comportamento humano revela.

No mundo atual, há pesquisas que comprovam que há uma grande tendência em se valorizar o talento técnico e a massificação em detrimento do elemento humano e da individualidade, e há consciência de que *“as realizações tecnológicas do presente [...] pouco contribuem para a solução dos problemas da coexistência” (BAMBERGER, 1986, p.10-11).*

A leitura, mormente a literária, por mostrar situações conflitantes do relacionamento humano, poderá suscitar o avivamento das emoções do leitor e contribuir para o desenvolvimento da personalidade do jovem, ajudando-o a criar um conceito mais humano de mundo e a ver com clareza a sua individualidade e a importância de seu papel na sociedade.

Há, ainda, outras funções da leitura propiciadas essencialmente pela leitura de obras literárias: o desenvolvimento da capacidade criativa e do interesse pela

literatura como lazer e fonte de prazer. A literatura, bem como as outras artes, tem um alcance amplo porque, além de trabalhar a razão e a emoção, lida também com a imaginação, oportunizando o desenvolvimento dessa potencialidade. E nada melhor para transformar o mundo do que o homem criativo.

A leitura pode ser vista ainda como fonte de lazer, se for um ato espontâneo e proporcionar prazer ao indivíduo. O contato com a literatura poderá possibilitar momentos de verdadeiro “relax”, de encantamento e satisfação pessoal, além de exercitar a sensibilidade e o gosto pela arte literária. O lazer, pela satisfação que proporciona, é considerado uma necessidade do homem, indispensável a sua saúde física e mental.

A escola ao proporcionar condições para que o educando possa vir a desenvolver a sua capacidade de leitura estará contribuindo de forma decisiva tanto para o bem estar social e físico do indivíduo como também estará favorecendo a este o poder de tornar-se cidadão.

Ao alfabetizar, capacitando o indivíduo para ler e compreender o que lê, a escola está dando um passaporte para circulação numa sociedade letrada. Ao entender o mundo físico e social estará melhor preparado para nele agir, com mais independência e liberdade. A leitura dos livros, acompanhada da leitura do mundo, poderá ajudar a entender como se dá a posição do indivíduo nesse mundo, fruto de que é, quais são seus direitos e quais os canais competentes para efetivá-lo. Arroyo assim se manifesta, quanto à relação entre cidadania e educação:

Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma precondição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição (ARROYO, 1987, p.79).

Há todo um passado autoritário que construiu relações de passividade e de paternalismo em torno de um Estado forte e distribuidor da igualdade e da justiça. É comum nos livros didáticos e no discurso pedagógico uma ideologia, denunciada por Arroyo como desfavorável à participação dos grupos populares no movimento político, no poder. Se a educação não se constitui, por si só, em canal de participação, ela pode

contribuir com instrumentos que possibilitam e dão consistência a essa participação. Não é por acaso que grande parte das pessoas que assumem o poder passaram por boas escolas. As escolas precisam ser capazes de tornar acessível ao aluno o saber sistematizado, porque não basta competência política, já que:

A ideologia, de si, não produz competência inovadora. É parte integrante de todo projeto global de mudança como motivação política necessária. O que inova, entretanto, é o conhecimento. Assim, os alunos na escola precisam saber de fato matemática. Não basta apenas terem consciência política à flor da pele (DEMO, 1995, p.153).

Conhecimento e competência política, eis um desafio para a cidadania. Em tempos de globalização, as mudanças impõem uma agilidade muito grande em muitas direções. As inovações tecnológicas que imprimem rapidez e eficiência nos diversos campos que abrange; as mudanças na organização e nas relações de trabalho; a rapidez da acumulação do conhecimento; a dependência do capital financeiro, volúvel e sem fronteiras; a substituição dos palanques, nas campanhas políticas, pela mídia; o acesso à leitura através do computador; essas são algumas questões que tomam de perplexidade as ciências sociais, tornando a globalização um dos temas mais discutidos na atualidade.

Em meio à complexidade e as incertezas trazidas pelo impacto das transformações sentidas pelo cidadão comum especialmente nos últimos anos, fica a certeza de que o acesso ao conhecimento e à informação marcarão ainda mais definitivamente cada país e cada indivíduo. Neste aspecto, pode-se acentuar a importância da leitura como instrumento eficaz e promissor para que se promova às transformações no campo social e político, assim tem-se identificada a importância da leitura na construção da cidadania.

3 – RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

3.1 Campo de Pesquisa

Para desenvolvimento da pesquisa de campo sobre a contribuição da leitura na formação do cidadão foi escolhida a Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreira, localizada na rua 202 D, nº 111, 2ª Etapa – Conjunto Ceará, Fortaleza, CE. Unidade de ensino pública estadual mantida pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará.

3.2 Amostra da Pesquisa

No estabelecimento citado foram convidados sete professores e uma amostra de vinte alunos para colaborar com o presente estudo mediante preenchimento de um questionário (ver anexo) com perguntas objetivas sobre sua relação com a leitura.

Os professores e alunos foram devidamente orientados e tiveram total liberdade para se integrar nesse estudo a partir de suas respostas ou alguma informação adicional que pudessem oferecer.

3.3 Objetivo da Pesquisa

3.3.1 Geral

O objetivo da pesquisa é levantar, metódica e periodicamente, elementos que oferecesse base para estruturar o perfil do cidadão como leitor, por intermédio de dados qualitativos obtidos por meio da aplicação de um questionário (ver anexo) com perguntas objetivas, identificando dados sobre o sujeito da pesquisa e sua relação com a leitura. Pelo estabelecimento de uma base de dados, acredita-se ser possível ter uma base sobre o indivíduo e sua formação cidadã, observando assim a contribuição que a leitura oferece ao mesmo na sua tomada de decisão e na sua formação para a vida.

3.3.2 Específicos

- a) Caracterizar o sujeito da pesquisa como leitor;
- b) Identificar o leitor por idade, sexo, estado civil, situação profissional e nível de instrução;
- c) Conhecer os gêneros de leituras desenvolvidos pelo sujeito da pesquisa;
- d) Destacar a leitura como fator de descontração (prazer);
- e) Descobrir o grau de interesse do sujeito da pesquisa por programações de incentivo à leitura.

3.4 Metodologia Aplicada

Para a efetivação deste trabalho, optou-se por uma coleta de dados a partir da aplicação de um questionário (ver anexo) com questões objetivas, visando obter informações concernentes a uma amostra de professores e alunos na condição de leitores, tencionando captar o grau de relação que estes possuem com a leitura e que conseqüências esta relação propícia na sua condição de cidadão.

Outra técnica utilizada foi a observação direta dos sujeitos da pesquisa no ambiente em que o mesmo atua como cidadão ou leitor, no caso do presente estudo, a observação fora feita na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreira, no Conjunto Ceará. Vale ressaltar que:

A importância dessa técnica reside no fato de poder captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MYNAIO, 1994, p. 42).

A partir da tabulação das informações cedidas pelos alunos mediante questionário e com as observações feitas ao longo do cotidiano do aluno em sala de aula e nas dependências da escola, foi possível reunir um conjunto de elementos os quais deram suporte à análise de dados os quais serão apresentados no item seguinte.

3.5 Análise dos Dados

3.5.1 Professor

Os sete professores pesquisados pertencem a uma faixa etária entre 30 a 50 anos. Estando a maioria (28,60%) inseridos no grupo dos leitores experientes, os mesmos são profissionais com atuação em escolas públicas com exercício de suas funções variando de 3 a 20 anos. A tabela 01 destaca a realidade ora especificada de modo expresso.

Tabela 01
Divisão dos Professores por Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	N^o	%	Sexo	N^o	%
30 a 40 anos	2	28,60	Masculino	4	57,14
41 a 59 anos	2	28,60	Feminino	3	42,86
50 anos	3	42,86	Total	7	100,00
Total	7	100,00			

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

A mostra de professores é constituída de professores com curso superior nas áreas das Ciências Humanas: Sociedade e Cultura (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Linguagens e Códigos (Português, Literatura e Língua Estrangeira). Dos sete professores quatro, ou seja, 54,14%, possuem pós-graduação em suas habilitações específicas. Tabela 02 expressa a distribuição dos professores em suas respectivas áreas, especificando suas habilitações.

Tabela 02

Divisão dos Professores por Formação Superior e Especializações

Disciplinas	N^o Prof.	%	Nível
Português	2	28,57	Pós-graduados
Matemática	1	14,28	Graduado
História	2	28,57	Graduados
Geografia	2	28,57	Pós-Graduados
Total	7	100,00	

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

Os professores que participaram da presente pesquisa enfatizaram em seus comentários feitos ao longo do preenchimento da tomada de conhecimento da proposta do estudo da importância que a leitura exerce sobre o desenvolvimento de suas aulas, deixando expresso, portanto, que a leitura é um instrumento essencial na sua vida profissional. Todos gostam de ler (100%). A tabela 03 ilustra esta realidade.

Tabela 03
Gosto pela Leitura

Opções	Nº Prof.	%
Sim	7	100,00
Não	-	-
Total	7	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

Os gêneros de leitura dos professores são diversificados, assim sendo foi solicitado que os mesmos especificassem a partir de uma lista de gêneros os quais costumam ler. Neste contexto 100% afirma ler jornais. A realidade ora apresentada diz respeito ao fato de que, apesar de todas as dificuldades, a escola recebe diariamente jornais os quais são colocados a disposição dos professores em sua sala e aos alunos na sala de multimeios.

Tabela 04
Estilo de Leitura do Professores

Estilos de Leitura	Nº Prof.	%
Jornais	7	100,00
Revistas	6	85,71
História em quadrinhos	3	42,85
Propagandas	2	28,57
Romances	2	28,57
Outros	1	14,28

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

Obs: Os professores tiveram a liberdade de destacar mais de um dos estilos enfatizados.

Quanto ao costume de comprar livros, questão também proposta \a análise foi notificado que 57,14% dos professores se dizem compradores de livros os demais, ou afirmaram que às vezes, ou mesmo não têm o hábito de efetuar a compra de livros. Os dados mostram um ponto positivo, visto que diante do baixo salário dos professores e da falta de um maior incentivo por parte dos órgãos governamentais, a amostra destacada revela um percentual significativo de professores que buscam adquirir material de leitura para melhor qualificação de suas aulas.

Tabela 05
Distribuição dos Professores quanto ao Costume de Comprar Livros

Estilos de Leitura	Nº Prof.	%
Sim	4	57,14

Não	1	14,28
Às vezes	2	28,58
Total	7	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

A leitura para os professores, com exceção de apenas um, a leitura lhes causa algum tipo de prazer. Compreende-se que o professor tem prazer em ler, esta é a característica que se espera de um bom profissional da educação, pois é mediante a leitura que este pode vir a aperfeiçoar seus planejamentos e aulas.

Tabela 06
Distribuição dos Professores quanto ao Prazer que sentem ao Ler

Estilos de Leitura	Nº Prof.	%
Sim	6	85,71
Não	-	
Às vezes	1	14,28
Total	7	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

A participação de professores em eventos que tenham como propósito incentivar o desenvolvimento de leitura constitui uma questão comum na vida dos professores, no entanto, na pesquisa ora comentada, um dos professores da amostra deixou claro não ter nunca participado de qualquer um destas programações. O incentivo por parte dos órgãos governamentais, universidades em eventos como: oficinas de leitura, intercâmbio, seminários, congressos, entre outros buscando a qualificação de professores.

Tabela 07
Distribuição dos Professores quanto à Participação em Eventos de incentivo à Leitura

Estilos de Leitura	Nº Prof.	%
Sim	6	85,71
Não	-	
Às vezes	1	14,28
Total	7	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo EEFM Dr. Gentil Barreira

Portanto, neste primeiro plano tem-se a formulação de um relato da contribuição dada pelos professores à pesquisa desenvolvida em relação a contribuição da leitura na formação do cidadão. O segundo momento desta análise propõe destacar a participação do aluno para o desenvolvimento do estudo proposto, tendo em vista que há no contexto da escola já especificada a perspectiva de integrar o aluno numa proposta de formação para a vida, oferecendo a estes princípios gerais de ética e cidadania.

Primar pelo bem estar das crianças, jovens e adultos que estão inseridos na Escola de Ensino Fundamental e Médio constitui um dos pontos básicos para proposta pedagógica da unidade educacional.

3.5.2 Alunos

No tocante a faixa etária dos alunos que colaboraram com o presente estudo vale enfatizar que a amostra varia entre 16 a 36 anos, todos estes devidamente matriculado em turmas do ensino médio da Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreira, no Conjunto Ceará, em Fortaleza. Os turnos em que os alunos estudam não foi identificada no questionário, mas vale ressaltar que a pesquisa procurou atingir os três turnos (manhã, tarde e noite) de funcionamento da escola. A maioria dos alunos que perfazem o universo da pesquisa foram os que estão inseridos na faixa etária de 16 a 20 anos, ou seja, perfaz um total de 70%.

Tabela 08 – Distribuição dos Alunos por Faixa Etária

Faixa Etária	Números	Margem Percentual
16 a 20 anos	15	70%
21 a 30 anos	4	25%
31 a 40 anos	1	5%
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Portanto, de acordo com os dados apresentados na tabela 01 a amostra reuniu no seu todo uma maior parcela de jovens, muitos destes com perspectivas de desenvolver seus estudos e buscar se inserir no mercado de trabalho ou ainda enfrentar um concurso vestibular tencionando assim dar prosseguimento a seus estudos.

Da amostra foi possível ainda distribuí-los em categoria de sexo, tendo assim mais uma informação adicional a presente pesquisa, que é composta de 60% de alunos do sexo feminino.

Tabela 09 – Distribuição dos Alunos por Sexo

Sexo	Números	Margem Percentual
Masculino	8	40%
Feminino	12	60%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Os dados da tabela 09 mostram que há uma maior predominância de alunas, perfazendo assim uma margem percentual de 60%. Nas observações feitas ao longo dos meses de março a abril de 2005, foi possível verificar que as alunas da EEFM Dr. Gentil Barreira, em Fortaleza, freqüentavam de modo mais sistemático a biblioteca da escola, como também foi possível verificar que nos diálogos desenvolvidos entre as mesmas havia naquele momento um certo interesse das garotas por algumas leituras tais como informativos sobre profissões, literatura, entre outros estilos de leitura.

Fazendo ainda uma leitura dos dados coletados no questionário aplicado com os alunos da unidade de ensino já ressaltada, obteve-se mais uma informação peculiar ao perfil do leitor que se investigou, ou seja, os dados permitiram a distribuição da amostra pelo estado civil dos componentes desta.

Tabela 10 – Distribuição dos Alunos por Estado Civil

Estado Civil	Números	Margem Percentual
Casado	13	65%
Solteiro	4	20%
Outro	3	15%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Verifica-se em relação a questão estado civil que há um número expressivo de alunos que, apesar de ainda se encontrarem em fase de estudo, sem uma formação profissional definida e sem uma estrutura social segura, os jovens já contraíram uma grande responsabilidade de formar uma família. Tendo este elemento como fator de observação é pertinente enfatizar a realidade desta amostra no tocante a situação profissional dos seus componentes.

Tabela 11 – Distribuição dos Alunos por Situação Profissional

Estado Civil	Números	Margem Percentual
Empregado	14	70%
Desempregado	6	30%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Como se observa os dados em termos de alunos que trabalham e estudam é significativa, no entanto, o que se percebeu ao longo do convívio com estes alunos é que em sua maioria as ocupações de trabalho profissional são empregos temporários que os mesmos se submetem na busca pela sobrevivência, em muitos casos este fator chega a interferir nos estudos, pois grande parte chega a evadir da escola, interrompendo assim os seus estudos. Esta é a causa das estatísticas das escolas públicas evidenciarem em seus relatórios anuais um expressivo número de evasão, principalmente no ensino médio.

Em termos de nível de instrução foi possível coletar dados que subsidiou a formação da tabela nº 12 que diz respeito ao nível de instrução escolar dos elementos da amostra. Numa margem percentual 95%

Tabela 12 – Distribuição dos Alunos por Nível de Instrução Escolar

Nível	Números	Margem Percentual
Ensino Médio completo	1	-
Ensino Médio Incompleto	19	95%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Obs: Na amostra da tabela 12 o aluno que possui o ensino médio completo diz respeito a um colaborador da pesquisa que mesmo tendo concluído seus estudos continua a freqüentar a escola para aprofundar estudos e pesquisas..

Após ter sido coletado dados que dizem respeito ao perfil do aluno, ou seja, a sua identificação social, partiu-se para questões que tivesse relação com o objetivo da pesquisa, ou seja, observar o aluno como leitor, assim foi perguntado aos mesmos se estes gostavam de ler. As respostas dadas foram as seguintes:

Tabela 13 – Distribuição dos Alunos por gostarem de Ler

Opções	Números	Margem Percentual
Sim	15	75%
Não	5	25%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Quanto ao gosto pela leitura, os dados deixam claro que 75% dos alunos ressaltam gostar de ler, 25% afirma não. Tem-se nestes dados um ponto relevante, tendo em vista que a base percentual ultrapassa a margem dos 50% do universo da pesquisa, chamando atenção para o fato desta se tratar de alunos de escolas públicas membros integrantes de família de baixa renda, ou seja, pertencerem a um grupo social que não dispõem de orientação de bibliotecários já que nas escolas publicas não conta com estes profissionais de tamanha importância para o incentivo a leitura.

Tabela 14 – Distribuição dos Alunos por Gêneros de Leitura

Leituras	Números	Margem Percentual
Jornais	12	60%
Revistas	9	45%
Historia em quadrinhos	2	10%
Panfletos – Propagandas	7	35%
Romance – Lit. Brasileira	1	5%
Romance Policial	4	20%
Outros	3	15%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Do universo da amostra da pesquisa ora relatada houve uma maior incidência para a leitura de jornais, sendo seguido de revistas e panfletos (propagandas). Tomando por parâmetro esta realidade verifica-se que o aluno ler mais aquele material que se encontra mais ao seu alcance, ficando em segundo plano todo aquele material de leitura que lhes são necessários como é o caso da literatura importante para a sua formação intelectual, desenvolvendo o gosto de ler.

No tocante ao fator de compra de livros por parte dos alunos observa-se que há um certo descaso, visto que apenas 5% tem o presente hábito, buscando assim a formação de sua biblioteca. O que deixa uma grande preocupação é o fato de que 55% não procuram a aquisição do seu material de leitura mediante compra, o que pode ser visto como conseqüência da falta de condições financeira ou mesmo falta de incentivo ou interesse dos próprios alunos.

Tabela 15 – Distribuição dos Alunos pelo costume de comprar livros

Opções	Números	Margem Percentual
Sim	1	5%
Não	8	40%
Às vezes	11	55%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Frente à perspectiva de poder observar se há no aluno uma relação mais direta com a leitura foi perguntado se esta lhe causava prazer.

Tabela 16 – Distribuição dos Alunos que têm prazer em Ler

Opções	Números	Margem Percentual
Sim	11	55%
Não	3	15%
Às vezes	6	30%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

O que faz um indivíduo gostar de ler, ou ter prazer pela leitura seria algo a ser motivado, principalmente pelos professores e incentivo dos órgãos governamentais e universidades. Questões como esta foi o que se buscou compreender tanto ao relatar na primeira parte do presente trabalho como no que diz respeito a parte prática deste. Nas escolas percebe-se que muitos alunos não demonstram nenhuma relação com a leitura, são apáticos e sem motivação. Tal fato, em algumas situações, está relacionado ao meio em que o aluno vive, onde não há incentivo, certamente não há o interesse. Para muitos educadores a leitura é motivada, sendo assim é necessário que haja todo um trabalho seja da família como da escola para motivar os estudantes a ler.

Tabela 17 – Distribuição dos Alunos que têm interesse em participar de programas de leitura

Opções	Números	Margem Percentual
Sim	-	-
Não	14	70%
Às vezes	6	30%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de Campo junto ao EEFM Dr. Gentil Barreira

Os dados são tristes, mas retrata a realidade do cidadão brasileiro, justificando, portanto, conforme Soares (2003), no Brasil, quase um 1/3 da população possui baixos níveis de letramento. A autora ainda enfoca que entre os jovens e adultos, considerando-se aqueles que têm mais de 15 anos, cerca de 13% são analfabetos, mesmo já tendo passado pelo Ensino Fundamental. Entre as crianças, mais da metade das que chegam à 4ª séries não têm apresentado um rendimento

adequado em leitura. Quase 30% dessas crianças não sabem ler. Neste aspecto é possível crer que a cidadania no Brasil é comprometida pela falta de leitura do indivíduo, visto que, mediante esta é que se toma ciência dos fatos e se adquire elementos para conviver de forma plena na sociedade.

CONCLUSÃO

Frente as inovações verificadas nas ciências e tecnologia, percebe-se que o mundo vem exigindo do ser humano a sua integração ao campo das leituras, tendo em vista que constantemente é solicitado que se faça alguma observação ou se comente algo sobre um dado assunto. Assim o homem vem se mostrando integrado num mundo onde ler é necessário.

A leitura nos seus diferentes aspectos é proposta como um recurso disponível para a conquista de condições que viabiliza o indivíduo a participar de diferentes processos políticos sociais e culturais em que a vida em sociedade impõe. Neste sentido a leitura tem um significativo valor para o cidadão, visto favorecer instrumentos

que lhe torne consciente e desta forma o faça capaz de buscar mudanças e reverter situações.

O ato de ler constitui uma operação essencial na sociedade moderna. Além de ser um eficiente instrumento para o exercício das atividades lúdicas e práticas, a leitura proporciona ao indivíduo a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais, culturais e profissionais, uma vez que partes das interações sociais e atividades profissionais, acadêmicas e científicas giram em torno da leitura. A capacidade de leitura, portanto, mais que simples alfabetização, é condição fundamental para o exercício da cidadania.

Ler é uma condição indispensável para que o indivíduo participe de forma efetiva da construção e reconstrução da sociedade e de si mesmo, enquanto ser humano na sua totalidade. Na atual conjuntura se faz urgente encontrar e colocar em prática, novas estratégias pedagógicas que busquem trabalhar a linguagem de forma dinâmica e interativa entre professor/aluno.

A importância cada vez mais expressiva da leitura estimula a reflexão sobre as funções que ela desempenha e sobre as relações que se estabelecem entre essa atividade e a escola, uma das principais matrizes geradoras de educação, como a família, o grupo social e os veículos de comunicação de massa.

Entre várias funções que a leitura possui pode-se destacar o poder de promover o deleite ou prazer, a leitura para a aquisição de informações de cultura geral, de atualização sobre o que ocorre na comunidade e no mundo, a leitura para fins de estudo e trabalho, e a leitura para fins religiosos e de auto-ajuda.

Trabalhar com leitura no espaço escolar contribui para o processo de aprendizagem possibilitando ao educando adquirir postura reflexiva tão necessária à prática da cidadania. Através da oficina de leitura, professores e alunos podem descobrir de forma lúdica um novo caminho para a aprendizagem, através da leitura de fábulas, contos e poesias passando a trabalhar com a imaginação, recuperando as experiências do cotidiano, buscando na leitura novas formas de pensar e agir no ambiente de sala de aula.

A pesquisa de campo realizada na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gentil Barreiro propiciou condições para que se verificasse que, ainda que a leitura seja uma questão primordial para o desenvolvimento social e para a conquista da qualidade do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente para o sistema educacional nacional, ainda não se oferece a este importante instrumento de conquista o valor e significação que lhe é devido. Percebe-se que nessa escola há professores qualificados, visto que 28% são pós-graduação e 100% revela ter prazer pela leitura, no entanto, o que falta é uma maior interação destes com os professores lotados na biblioteca e alunos, assim como um maior apoio dos órgãos competentes (Secretaria de Educação e Ministério de Educação) para que possam desenvolver um trabalho de modo a garantir a formação integral do aluno como educando e como cidadão.

Nesse processo de descoberta do mundo mediante a leitura é possível transformar os valores éticos em importantes ferramentas para ampliar e aprofundar a consciência sócio-ambiental e reorganizar a sociedade, pois um cidadão consciente traz em seu ser o desejo de transformar a realidade buscando, sobretudo, a harmonia com o seu interior, o outro e o ambiente. Nesta perspectiva de trabalho é preciso acreditar no potencial que o leitor possui apesar das dificuldades encontradas pelas escolas em termos de material e recursos humanos como bibliotecários que possam viabilizar projetos de leitura arrojados e dinâmicos. Enfim, a leitura é um fator essencial na construção da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. (org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CAGNETI, Seuli de Souza e ZOTZ, Wemer. **Livros que te que livre**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania, Democracia e Educação**. Série Idéias nº 24, São Paulo, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, Autores Associados. 1995.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 43ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOCH, Ricardo. **Aprender a ler**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 3 edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

SAVIANI, Demerval. **Desafios para a construção coletiva da ação supervisora: Uma abordagem histórica**. Série Idéias, nº 24, São Paulo, FDE, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, produção do conhecimento e função social da escola**. Série Idéias, nº 24, São Paulo, FDE, 1994.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. 26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003. Capturado em www.tvbrasil.com.br. Acesso: 26/05/2005.

RESENDE, Ênio. **Cidadania: o remédio para doenças culturais brasileiras**. São Paulo: Summus, 1992.

ROCHA, Sônia Rodrigues. **A família e o leitor**. Rio de Janeiro: PROLER, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 1991 (Col. Contexto Jovem).

ANEXOS

Anexo 02

PESQUISA DE CAMPO PERFIL DO LEITOR CIDADÃO /ALUNO

1. Idade: _____

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outro _____

4. Trabalha: () Sim () Não

5. Nível de Instrução

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

6. Gosta de ler: () Sim () Não

7. Dentre os tipos de leitura abaixo listados quais lhe costuma ler pelo menos uma vez no mês (marque até duas opções):

a) Jornais

b) Revistas

c) História em quadrinhos

d) Panfletos de propagandas

e) Romances Literatura Brasileira

f) Romances Policiais

g) Outros: _____

8. Costuma comprar livros?

() Sim () Não () As vezes

9. A leitura lhe causa prazer?

() Sim () Não () As vezes

10. Já participou de algum evento de incentivo à leitura

() Não () Sim. Onde _____